

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC
 **UFRGS**
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	Escola sem Partido: interferência do neoconservadorismo na escola pública
Autor	PAULA VALIM DE LIMA
Orientador	VERA MARIA VIDAL PERONI

Escola sem Partido: interferência do neoconservadorismo na escola pública

Autora: Paula Valim de Lima

Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni

Este estudo é parte da pesquisa “Implicações da relação público-privada para a democratização da educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil”, que tem entre seus objetivos, identificar os sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1981) que influenciam na direção das políticas educativas. Em princípio, a pesquisa se deteve em analisar os sujeitos vinculados ao mercado que, de alguma forma, inserem essa lógica no conteúdo da educação pública. Entretanto, percebemos que há outro grupo de sujeitos que vem se destacando na direção das políticas educativas no Brasil: os neoconservadores e, entre eles, sujeitos vinculados ao movimento Escola sem Partido (ESP). Nesse sentido, este trabalho, fruto de atividade de iniciação científica, trata especificamente sobre o movimento ESP e se propõe a investigar os seus principais sujeitos e de que forma estes buscam influenciar no conteúdo da educação pública. O ESP se apresenta como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”, e é um movimento em defesa de uma lei que, sob a prerrogativa de combater a doutrinação política e ideológica nas escolas, cria mecanismos de censura aos professores aliados a uma determinada proposta de educação e de sociedade. Nesse sentido, a principal esfera de atuação do movimento é por meio da proposição de projetos de lei nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no congresso nacional, propondo a instituição do chamado “Programa Escola Sem Partido”, sendo que os projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, propõem alterações na LDB/1996 e demandam alterações na CF/1988. Pode-se dizer que a proposta do ESP implica na educação nacional em três dimensões: 1. do trabalho docente, que passa a ser censurado e constantemente vigiado, perdendo sua dimensão social de formação para a cidadania, para a diversidade e para o convívio social; 2. do currículo escolar, que também se esvazia do sentido social, ficando reduzido a uma lista de conteúdos e conhecimentos, supostamente neutros, desvinculados da realidade social, política, econômica e cultural em que se insere; e 3. da função da escola na construção de valores democráticos e exercício da criticidade. A partir da análise é possível perceber que o Escola Sem Partido – e, do mesmo modo, seus protagonistas – tem seus fundamentos alicerçados em valores essencialmente neoconservadores, que, entre outros aspectos, se baseiam na falta de confiança nos professores e retomam a necessidade de estabelecer o currículo como mecanismo de controle sobre o conhecimento, a moral e os valores (APPLE, 2001). Os sujeitos que protagonizam o movimento foram mapeados através da análise de redes, que permite a organização e visualização de dados, de modo a identificar as inter-relações entre indivíduos e organizações, permitindo uma análise das informações destacadas. Foram identificados sujeitos individuais e coletivos ligados a diferentes setores da sociedade: empresas, igrejas, grupos políticos, associações, organizações não-governamentais, entre outros, que indicam a existência de projetos societários e de educação em correlação de forças.